

**PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº. 142, DE 08 DE AGOSTO DE 2013.**

“Institui adicional de função aos servidores municipais integrantes da Comissão de Coordenação e Fiscalização de Concurso Público e dá outras providências.”

**SERGIO MUNHOZ**, Prefeito Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

**FAÇO SABER**, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

**LEI**

**Art. 1º.** Fica instituído o adicional de função aos servidores efetivos municipais integrantes da Comissão de Coordenação e Fiscalização de Concurso Público.

**Parágrafo único.** O adicional será mensal e corresponderá ao valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) a cada servidor designado, através de Portaria, a integrar esta Comissão.

**Art. 2º** A referida gratificação será concedida somente em períodos em que houver Contrato de Prestação de Serviço vigente com empresa para realização de concurso público e/ou processo seletivo.

**Art. 3º** Enquanto receber este adicional e realizar atividades relacionadas ao concurso público e/ou processo seletivo fora de seu horário de trabalho normal, o servidor não fará jus ao recebimento de horas extraordinárias, tampouco período compensatório.

**Art. 4º** A presente Lei terá vigência até 31 de julho de 2015.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 08 de agosto de 2013.

**SERGIO MUNHOZ**  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Fabiana da Silva Kraschefski  
Secretária de Administração

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS.**

Estamos encaminhando a esta Egrégia Câmara o Projeto de Lei nº.142, de 08 de agosto de 2013, que *“Institui adicional de função aos servidores municipais integrantes da Comissão de Coordenação e Fiscalização de Concurso Público e dá outras providências.”*

O presente projeto de lei tem como intuito conceder adiciona aos servidores designados a compor a referida Comissão, considerando que os mesmos são responsáveis por diversas atribuições, tais como:

- Organizar a documentação a ser entregue à comissão executora (ex.: leis e decretos), no qual será utilizada para realização do certame;
- Realizar a conferência de todos os editais elaborados pela Comissão Executora, no que se refere aos prazos, atribuições dos cargos e demais itens que devem estar em conformidade com a legislação municipal;
- Receber os processos de recursos do certame, e encaminhá-los formalmente à Comissão Executora, para análise dos mesmos;
- Proceder à publicação no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul dos extratos dos editais emitidos durante o certame;
- Proceder à publicação no Átrio da Prefeitura dos editais emitidos durante o certame;
- Encaminhar ao setor de Comunicação do Município os editais em formato eletrônico, para que os mesmos sejam publicados no site oficial;
- Encaminhar à Comissão Executora a relação dos locais disponíveis para a aplicação das provas, informando a capacidade de acomodação de candidatos por sala;
- Acompanhar a aplicação das provas objetivas em tempo integral, visando o correto andamento do certame, bem como registrar qualquer incidente na aplicação das mesmas;
- Acompanhar as sessões de sorteio realizadas pela Comissão Executora, no caso de empate entre candidatos;
- Verificar e revisar os editais de classificação dos candidatos, considerando os desempates;
- Organizar toda a documentação do concurso público realizado, com dossiê constando todos as publicações realizadas de editais e extratos, visando facilitar a auditoria pelo TCE/RS, devendo arquivar toda a documentação de forma adequada em caixas devidamente lacradas, visando resguardar a integridade dos documentos.

A Administração Municipal acredita que com o adicional ora proposto se estará estimulando os servidores a desempenharem com maior eficiência a execução dessas atribuições, bem como compensá-los pela responsabilidade e pelos dias em que os mesmos deverão trabalhar fora do horário de serviço, nos sábados e/ou domingos que se realizarão as provas objetivas e/ou práticas e/ou de esforço físico e/ou cursos de capacitação, entre outros, que o concurso público e/ou processo seletivo exigirem, sendo que com este adicional o servidor não fará jus ao recebimento de horas extraordinárias, tampouco período compensatório.

Por fim, salienta-se que, nos termos do art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), torna-se desnecessária a realização de estimativa de impacto orçamentário financeiro para a criação do adicional em tela, posto que a despesa será por tempo determinado e inferior a 2 (dois) anos.

Sendo que nos cumpria apresentar, aproveitamos o ensejo para saudar a todos os componentes dessa Casa Legislativa.

**SERGIO MUNHOZ**  
Prefeito Municipal